

Álvaro Pereira

O mandato ainda divide

A imagem que marcaria a semana política foi colhida na quarta-feira à noite, na antiga residência oficial da Granja do Torto, sob a luz ardente dos indiscretos refletores de televisão: lado a lado, conversando informalmente, apareciam sorridentes o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o presidente José Sarney e o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Numa lembrança dos velhos tempos, em que a Aliança Democrática ainda era a principal base de sustentação política do governo, o presidente da República e os dois principais líderes do PMDB simulavam um clima de perfeito entendimento, como se as divergências recentes em relação à duração do mandato presidencial tivessem sido superadas num passe de mágica. A realidade, porém, seria bem diferente.

Por trás dos indisfarçados sorrisos do Torto, as divergências sobreviviam. Naquela mesma noite, o senador Covas tentava explicar a um grupo de surpresos jornalistas que aquele encontro cordial não afetava em nada as suas convicções de defensor fervoroso do mandato presidencial de quatro anos. Persistia a sua fé inabalável de que uma vez aprovada e promulgada a nova Constituição, em novembro próximo, a transição política iniciada por Tancredo Neves estaria praticamente concluída. A iniciativa seguinte, destinada a coroa-la de êxito e legitimidade, seria convocar eleições diretas para escolher o futuro presidente da República.

As declarações do líder Mário Covas, um político sempre firme na defesa de suas posições, não chegariam a desapontar o anfitrião José Sarney. O encontro do Torto, promovido pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, não teve o objetivo imediato de conquistar o apoio de todos os principais líderes da Aliança Democrática para a tese do mandato de cinco anos. Seria mais correto explicar o gesto do governo como uma proposta de desarmamento de espíritos, necessária depois que o presidente Sarney definiu sua posição sobre o mandato e ainda ameaçou governar apenas com aqueles que estivessem do seu lado, e não mais, necessariamente, com aqueles que assumiram o compromisso histórico de apoiar a transição democrática.

Na verdade, o gesto de cordialidade e desprendimento do presidente era estimulado por essa nova composição de forças políticas. Desde que manifestou sua preferência pelo mandato de cinco anos, o presidente tem conseguido reverter, gradualmente, um quadro parlamentar que lhe parecia desfavorável: a cisão apenas esboçada do PMDB, entre moderados e históricos, concretizou-se de fato, fortalecendo a liderança do deputado Carlos Santana e criando um bloco interpartidário de apoio ao governo e ao mandato de cinco anos. Resta saber se esse bloco, sem existência formal, já representaria uma posição majoritária no Congresso e na Constituinte.

Uma pesquisa realizada pelo Palácio do Planalto revela que 60 por cento dos constituintes já aprovariam, hoje, o mandato presidencial de cinco anos. Presume-se que esses mesmos constituintes estariam propensos, também, a endossar o sistema de governo que o próprio governo, através do presidente Sarney, considerava melhor para o país. E esse sistema, segundo o líder Carlos Santana, ainda teria de ser o presidencialismo, pois não se entende que um presidente da República eleito diretamente, pelo voto de sessenta milhões de eleitores, vá transferir seus poderes e responsabilidades a um primeiro-ministro. No máximo, admite-se que o Congresso passe a exercer o maior poder de fiscalização e controle sobre os atos do Executivo.

É com essa disposição, a de aprovar o mandato de cinco anos e rejeitar qualquer proposta parlamentarista, que os moderados do PMDB partirão, sob o comando de Carlos Santana, para enfrentar os «históricos» nas próximas votações da Constituinte. Depois de terem provado, nas diversas subcomissões, que podem formar um bloco majoritário com o apoio dos conservadores do PFL, PTB e PDS, os moderados do «centro-democrático» defendem agora a negociação como a única forma de se chegar a um texto constitucional coerente, inspirado no programa peemedebista. Do contrário, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, irá receber, no próximo dia 15 de junho, um grupo de oito anteprojetos constitucionais inteiramente dispare.

Curiosamente, mais do que as questões programáticas como a reforma agrária e o conceito de empresa nacional, que se prestam a interpretações ideológicas, são os temas conjunturais que ainda prevalecem e ameaçam seriamente a unidade do PMDB, como partido. Ou se chega a um entendimento sobre a duração do mandato e o sistema de governo ou o maior partido político brasileiro corre o risco de sair irremediavelmente dividido das votações da Constituinte. Partindo agora de uma posição de força — a força da maioria —, os moderados do PMDB confiam no que chamam de «realismo do senador Mário Covas», que só lutaria pela aprovação do mandato de quatro anos até determinado ponto. Decretada a inviabilidade da tese, o senador Covas aceitaria a posição majoritária do partido favorável aos cinco anos.

Argumentam os moderados que, vitorioso ou derrotado, o líder do PMDB seria, de qualquer forma, um candidato sério à sucessão do presidente Sarney.

Prorrogação de mandatos

Os assessores do presidente Sarney não acreditam que ele esteja empenhado em conseguir, do Congresso ou da Constituinte, a prorrogação por dois anos dos atuais mandatos municipais. Eles até admitem que o presidente esteja preocupado com a realização de três eleições no período de três anos, mas acham que «prorrogar mandatos não é a solução».

Relator quer que o Supremo julgue crimes contra Carta

Josemar Gonçalves

O relator da Comissão do Sistema de Governo, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), vai ampliar as funções do Supremo Tribunal Federal (STF), atribuindo também aquela Corte a tarefa de tribuna constitucional, para julgar os crimes contra a Constituição. Esta será a principal inovação do substitutivo de deputado, a ser apresentado amanhã na Comissão, dentro do capítulo referente ao Poder Judiciário.

Nas consultas feitas aos ministros do Supremo, nos últimos dias, o deputado encontrou grande receptividade à sua ideia. No STF havia um princípio de revolta em relação à proposta de criação de um Tribunal Constitucional ou de restringir aquela Corte a tarefa de julgar os crimes contra a Constituição.

No que se refere ao Judiciário, Egidio Ferreira Lima pretende modernizar o STF, dando a ele o papel de Tribunal Constitucional. Assim, as funções do Supremo seriam ampliadas, permitindo que seus ministros julgassem os crimes contra a nova Carta.

Parlamentarismo

Quanto ao sistema de governo, o relator optou pelo sistema parlamentarista, avançando ainda mais em relação à proposta do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo, que propunha um regime misto.

No parlamentarismo idealizado por Egidio Ferreira Lima o presidente da República seria o supervisor do governo, tendo inclusive direito de veto em relação às leis aprovadas pelo Legislativo. Caberia ao primeiro-ministro a administração superior dos problemas do país e a iniciativa de propor leis ao Congresso.

Ferreira Lima decidiu também incluir o voto de confiança do Congresso para todos os ministros, sem distinção entre civis ou militares. O senador José Fogaça havia contemplado em seu parecer, na subcomissão, o voto de confiança igualitário, mas foi derrotado pelo grupo do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), coordenador da bancada do seu estado e um dos líderes do grupo «Centro Democrático», da ala conservadora do partido.

Apesar de assegurar, esta semana, que iria fixar o mandato do presidente Sarney, nas disposições transitórias do seu substitutivo, o relator ainda não havia decidido sobre o assunto no último encontro que manteve, antontem, com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

Bicameralismo

No capítulo que trata do Poder Legislativo, Egidio Ferreira Lima decidiu manter o sistema bicameral, com o funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Seguindo a posição iniciada na Subcomissão, ele eliminou os atuais instrumentos de arbitrio que ferem a autonomia do Congresso. Com relação ao decurso de prazo, a tendência do substitutivo é a de eliminar esse dispositivo.

Garantias individuais

Verba antipobreza é prevista

Josemar Gonçalves

Num relatório qualificado como «progressista», a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher definiu igualdade de obrigações e direitos para ambos, e que ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de etnia, orientação sexual ou deficiência física ou mental. Além disto a dotação orçamentária da União será revertida, em caráter prioritário, para promover a erradicação da pobreza no país e o Estado passa a ser o instrumento de mediação da soberania do povo, afastando o «fantasma» dos golpes de Estado em nome do povo. E para garantir a aplicabilidade das novas leis foram instituídos a Defensoria do Povo, para fiscalizar o Poder Público, e o Tribunal de Garantias Constitucionais, para obrigar o Estado a cumprir o papel que a Constituição lhe impõe.

A atual Constituição, no capítulo que reza sobre os direitos e garantias individuais estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas, e que o preconceito de raça será punido pela lei. O relator do substitutivo, senador José Bisol (PMDB-RS) ressaltou que é muito simples colocar que o direito à vida é inviolável, «porque neste país isto não significa nada, porque existe discriminação desde que o Brasil é Brasil e nunca ninguém foi parar na cadeia por ser racista».

A pena de morte e a prisão perpétua permanecem proibidas, mas o substitutivo inova ao considerar inafiançável o crime de tortura, e cria o dispositivo de privação da liberdade por tempo determinado,



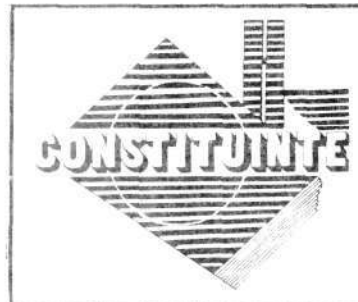
Egidio Lima mostrou principal inovação da emenda ao STF

PMDB tenta unir texto ao programa

Os pareceres dos relatores das comissões temáticas da Constituinte passaram ontem pelo crivo das lideranças do PMDB, que tentavam compatibilizar o texto com o programa do partido. Pela manhã, o líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas, repassou os pontos mais polêmicos. Deveria ter sido realizado um almoço na casa do presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, com a presença de todos os relatores, mas a maioria esteve trabalhando no texto final dos pareceres e não compareceu.

Ulysses almoçou apenas com Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização e Artur da Távola, relator da Comissão da Família, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Comunicação. O general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, e os ministros Renato Archer e Raphael de Almeida Magalhães compareceram ao almoço.

Apesar da preocupação com a uniformização da linguagem, a cúpula do PMDB estava encontrando dificuldades para convencer os relatores a introduzir mudanças, o que fez com que prevalecessem opiniões pessoais sobre vários temas muito discutidos. Até o início da tarde, por exemplo, ainda estava cercado de mistério o parecer do deputado Egidio Ferreira Lima, da Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, que é



favorável ao mandato de quatro anos para o presidente da República mas não deixou claro se irá manter essa definição no texto final.

Outros parlamentares como o senador Severo Gomes, da Comissão da Ordem Econômica, e o deputado Artur da Távola, da Comissão da Família, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Comunicação, preferiram antecipar alguns pontos de seus relatórios mas não os textos finais, passíveis de modificações ainda durante o dia de hoje.

Já o deputado José Paulo Bisol (PMDB-RS), da Comissão da Soberania, Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, preferiu ficar acordado até às 6 horas de ontem e enviar o parecer completo para divulgação na Assembleia Constituinte. Ele não foi convidado para o almoço na casa de Ulysses Guimarães e confessou que estava com a «consciência tranqüila» por ter entregue o relatório dentro do prazo previsto.

Prefeitos lançam movimento para esticar mandatos

São Paulo — Com a presença de 107 prefeitos e mais 31 representantes das regiões de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, foi desencadeado formalmente, ontem, numa reunião na Sociedade Hípica de Garça — a 600km da capital, um movimento de defesa da prorrogação dos mandatos dos próprios prefeitos e vereadores. Um manifesto, exposto a necessidade de prorrogar as eleições para 1989, já conta com o apoio de 200 prefeitos, segundo o anfitrião do encontro, Júlio Marcondes de Moura, prefeito de Garça.

A lista de assinaturas deve aumentar até o final da próxima semana, período em que prefeitos de outras regiões farão movimentos semelhantes, para que o documento seja entregue ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e ao próprio presidente Sarney. Dessa forma, apesar do apoio expresso ao mandato de cinco anos do Presidente ter sido eliminado do texto do manifesto dos prefeitos, es-

ses não deixarão de expressar pessoalmente sua concordância com esse período de mandato.

Ao mesmo tempo, os prefeitos iniciarão um trabalho em Brasília para sensibilizar os constituintes a aprovarem a emenda 444, do deputado Francisco Amaral, que propõe a prorrogação dos mandatos. Amaral, ex-advogado trabalhista, ex-prefeito de Campinas, pertencente ao grupo moderado do PMDB, esteve na reunião com os prefeitos apresentando a defesa de sua emenda, que coincide com o texto do manifesto. Os argumentos básicos da prorrogação dos mandatos são as dificuldades econômicas que o País atravessa para fazer frente a elevados gastos com a realização de dois pleitos muito próximos. Dessa forma, sugerem a prorrogação dos mandatos atuais de prefeitos e vereadores para que os pleitos tanto para Presidente da República como prefeitos e vereadores sejam realizados simultaneamente no ano de 1989.

Organização do Estado

Grupo examinará a redivisão do país

O veto do relator, senador José Richa, à criação de novos estados e à emancipação dos Territórios aquecerá as discussões na Comissão de Organização do Estado. Nesse sentido, todos os autores de emendas que propõem a redivisão territorial estão se articulando para formar um bloco que derrube o substitutivo, levando à Comissão de Sistematização o anteprojeto do deputado Siqueira Campos que cria seis unidades federativas.

Em seu parecer, Richa entende que a redivisão territorial e a extinção dos territórios não é matéria constitucional. Assim, ele institui a Comissão de Redivisão Territorial, que terá o prazo de um ano para apreciar a criação dos estados do Juruá (MA), Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA), Santa Cruz (BA), Tocantins (GO) e Triângulo (MG), além dos outros que forem apresentados em um prazo de dez dias após a sua instalação.

Para os defensores da redivisão, a alternativa oferecida pelo relator não resolverá o problema emergencial. O deputado Siqueira Campos (PDC-GO) afirma que já existe uma Comissão «para isso, que não fez nada até hoje». Exemplifica com o estado de Tocantins, cuja

criação é defendida inclusive pelo governador de Goiás, Henrique Santillo.

Campos contesta a argumentação de que isso não é competência da Constituinte. «Se fosse assim o trabalho dos constituintes de 1946 estaria invalidado». Argumenta ainda que em alguns casos a divisão é emergencial. Ex-citamos a Tocantins arrecada 23 por cento dos impostos do estado, existindo um retorno mínimo. «Se for criado o novo estado, o seu orçamento hoje equivalerá a 70 por cento da receita de Goiás», afirma o relator da Subcomissão dos Estados.

Grupo

Os componentes da Comissão de Organização do Estado comentam que o grupo estaria sendo formado pelo deputado Fernando Gomes (PMDB-BA), favorável a criação de Santa Cruz. O constituinte, no entanto, viajou na quarta-feira para a Bahia e seus assessores negam que ele esteja se articulando nesse sentido.

O senador José Richa, é um dos que acredita que a Comissão poderá rejeitar a sua proposta. Com todos os trabalhos aprovados por unanimidade na fase das subcomissões, ele acha possível a contrariedade de alguns membros, mas salienta que a sua decisão tecnicamente é a mais correta.

Organização do Estado

Richa pede menos tutela da União

O substitutivo da Comissão de Organização do Estado pouco difere textualmente da Constituição de 1967. O parecer do senador José Richa (PMDB-PR), que será votado a partir de quarta-feira, descentraliza os poderes da União, conforme anunciou o próprio relator. Mas isso não está claro no texto que se limita a dizer «que constitui competência ou encargo do município ou que for de predominante interesse local, do estado, o que for de interesse supramunicipal, e da União aquilo que representar interesse nacional». Além disso, determina que «são reservadas aos estados todas as competências que não lhes sejam vedadas».

O senador, na introdução do substitutivo, explica que o seu trabalho foi o de sistematizar todas as emendas para tentar fazer um texto mais claro. Inclusive, na primeira reunião da Comissão de Organização do estado, Richa anunciou aos constituintes que pretendia fazer uma Carta bem sintética, «segundo os modelos constitucionais europeu e americano».

Ao contrário da Constituição de 1967, que enumera todas as competências da União, estados e municípios — caracterizando a centralização do poder —, o substitutivo não detalha

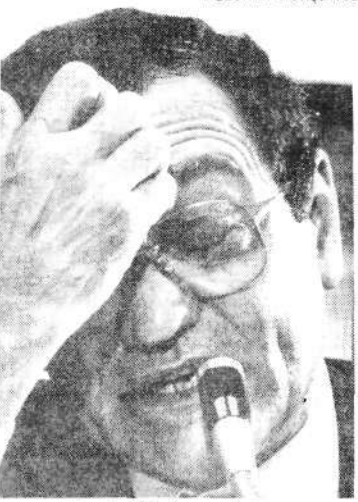
quais são essas competências.

No inciso III do artigo 11, o texto prevê que cabe aos estados «estabelecer diretrizes gerais de ordenação de seu território, objetivando coordenar o desenvolvimento rural e urbano». Ao mesmo tempo o capítulo da União prevê que compete a ele «planejar e promover o desenvolvimento nacional».

Limitações

Tanto os relatores das subcomissões, quanto o presidente da Comissão Temática, deputado José Thomaz Nonô, previam desde o início dos trabalhos que esse tipo de indefinição ocorreria, já que a descentralização do poder está diretamente ligada à reforma tributária. O deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), relator da subcomissão dos municípios e regiões, incluiu no seu parecer artigos que garantiam a emancipação dos estados e municípios que não teriam mais a tutela do estado. O duramente criticado por constituintes que consideraram isso como um «atropelo» de suas atribuições.

O senador José Richa quer o controle e a fiscalização orçamentária dos municípios exercidos pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas do Estado.



José Richa, relator

As inovações

- ★ A vida intra-uterina é responsabilidade da mulher
- ★ O Estado é obrigado a garantir vida digna ao cidadão
- ★ Estinguem-se as figuras jurídicas da mãe solteira e do filho ilegítimo.
- ★ A lei não limitará o número de dissoluções da sociedade conjugal
- ★ A mulher passa a ter os mesmos direitos do homem dentro da família
- ★ O crime de tortura é inafiançável
- ★ Proteção às patentes de interesse nacional
- ★ Direito à sindicalização e à greve
- ★ Voto optativo aos 16 anos e a militares de qualquer patente
- ★ Poder destituinte
- ★ Defensoria do Povo
- ★ Tribunal de Garantias Constituintes